

DA POLITIZAÇÃO DA DESCONSTRUÇÃO EM GAYATRI SPIVAK¹

Fabio Akcelrud DURÃO²

- **RESUMO:** O presente ensaio discute uma elaboração significativa do legado da desconstrução: a da subalternidade, de Gayatri Spivak, da forma como proposta em *Critique of Postcolonial Reason*. Começa, porém, com breves observações a respeito da relevância do discurso teórico na representação do excluído, para em seguida caracterizar o problema da fala do subalterno. Em uma terceira parte, critica os procedimentos interpretativos e argumentativos de Spivak tendo como base o desaparecimento da idéia de obra, a dissolução do próprio objeto de estudo. Por fim, o trabalho volta-se para as conseqüências disso, apontando para uma situação na qual a representação do estrangeiro, minoritário ou reprimido é mais problemática que nunca.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Exclusão. Teoria. Gayatri Spivak. Subalternidade. Desconstrução.

A inclusão social, hoje valorizada a ponto de ser um lugar comum, até mesmo um slogan de governo, há pouco tempo possuía uma valência contrária. As representações de um sistema do qual se deveria fugir, ao invés de abraçar, são abundantes na década de sessenta, tendo alimentado movimentos como o dos hippies e todo um imaginário de contestação. A isso se contrapõe a preocupação atual de abarcar a todos, de não deixar ninguém de fora. Sem dúvida, esse impulso, quando por exemplo aliado a um discurso universalista de direitos humanos, tem um aspecto positivo inegável em sua luta contra a pobreza, a tortura, e todos os tipos de abuso de poder. No entanto, defender da inclusão e seu conceito-irmão, o de cidadania, como valores simplesmente louváveis, projeta um tipo de positividade que em última instância pode servir de sustentadora do *status quo*; em outras palavras, o ideal do cidadão como horizonte de liberdade encoraja a crença de que a sociedade que o fizesse realidade do ponto de vista legal não precisaria levar a cabo transformações

¹ Uma versão anterior deste texto foi publicada na revista *Representaciones*, da Universidade de Córdoba, vol. 4 (2009), com o título “Problemas de la representación del subalterno: el caso de Gayatri Spivak”.

² Unicamp - Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Teoria Literária. Campinas, SP - Brasil 13560-430 - fadurao@yahoo.com.

Autor convidado.

econômicas. Avesa à utopia, a defesa da inclusão muito facilmente sacrifica a crítica de um sistema social cada vez mais total.

Em vista disso, adquire profundo interesse uma abordagem que problematize a capacidade de representação do excluído – compreendendo o termo em seu sentido duplo, tanto como transferência transparente da coisa à linguagem, quanto o falar-por ou estar-no-lugar-de que define os regimes democráticos. Com essas poucas palavras já aparece com plena força a promessa do trabalho de Gayatri Spivak: aliar a indecidibilidade lingüística a uma plataforma de liberação; politizar a desconstrução, situando-a em um horizonte concreto de lutas e reivindicações, ao mesmo tempo em que textualiza a política, questionando suas aspirações de univocidade da linguagem e presença de sentido. Dificilmente seria possível pensar em uma sugestão mais fundamental para direcionar o legado da desconstrução, já antes da morte de Derrida. Cumpre investigar, porém, qual a exequibilidade desse projeto, se realmente pode sustentar-se, e alçando a desconstrução a um patamar mais elevado de engajamento político, ou se naufraga, correndo o risco de levar consigo muito das pretensões desse movimento filosófico-literário.

Que a literatura ocidental historicamente tenha se prestado à exibição do estrangeiro ou do excluído é algo que poucos contestariam. Sem dúvida, esse trazer-à-tons não foi homogêneo, e em muitos casos só é possível mostrar o forasteiro por meio de gestos interpretativos de persuasão variável. Se o espaço da fabulação adequa-se à construção de realidades complexas, nas quais os proscritos aparecem com maior facilidade, por outro lado foi apenas recentemente que o minoritário ou reprimido tornou-se um valor em si, um alvo privilegiado do olhar ficcional. Com isso, não tardou a surgir a pergunta a respeito da lógica da inclusão narrativa, se ao lançar o foco diretamente sobre aquilo que tradicionalmente não se dizia – as mulheres, os negros, os índios, os homossexuais, as crianças, os oprimidos enfim – a literatura paradoxalmente não compactuaria com a dominação. Se a arte fundase inescapavelmente com a divisão do trabalho manual e intelectual, qualquer tentativa estética de falar pelo subjugado, de dar-lhe voz, no limite, de representá-lo diretamente, corre o risco de ser acusada de oportunista, de aproveitar uma existência interessante – porque tanto fora do comum quanto inofensiva – para o enriquecimento de uma esfera à qual o representado por definição não tem acesso. Sem dúvida, o dilema de um imperativo ético para o falar em tensão com uma insuficiência constitutiva do dizer não é novo, e nem é privilégio, na literatura, da representação do excluído; ele está na base, também, de todos os estudos de trauma e da Shoá, em inglês já batizados e cristalizados em campos próprios como *Trauma Studies* e *Holocaust Studies*. Com efeito, trata-se neste caso de discursos que constantemente correm o risco de incorrer em uma contradição performativa entre

seus locais de enunciação, a máquina universitária, e o conteúdo dos enunciados, o horror. Em seus piores momentos, tais práticas acadêmicas, trampolins de carreiras intelectuais, monumentalizam a catástrofe passada, ajudando assim a esquecer a presente³.

Seja como for, o interessante a observar, hoje, é o deslocamento dessa representação para fora do universo ficcional e sua ancoragem em outro espaço enunciativo, o do discurso da teoria, que agora se torna praticamente independente em relação ao objeto literário, constituindo-se em uma esfera semi-autônoma. Trata-se de uma suspeita que merece ser pensada com calma, e que aqui só pode ser lançada como uma hipótese inicial, ainda à espera de uma comprovação mais pormenorizada: em poucas palavras, dir-se-ia, polemicamente, que há uma vitalidade no discurso da teoria que estaria ausente na literatura estritamente contemporânea. Ou, para formular o mesmo, sob outro ângulo, que a literatura, atualmente, teria poucas chances de sobrevivência sem o discurso teórico. Dois sintomas iniciais podem ser fornecidos como indicadores disso. O primeiro é claro: trata-se da tendência de alunos das ciências humanas (incluindo a área de Letras) para ler uma crítica desprovida de objeto: Bakhtin sem Dostoievski ou Rabelais, Walter Benjamin sem Goethe, Deleuze sem Proust ou Kafka, Lacan sem Freud, Freud sem Sófocles ou Shakespeare. A teoria que precisou do literário para poder surgir circula semi-independentemente dele; no máximo, o contato com as obras serve de confirmação ou exemplificação, nunca de desafio, à teorização que agora as precede. Mas há um outro fenômeno mais interno e sutil, que é a crescente separação entre a obra literária, por um lado, e o código interpretativo utilizado para analisá-la, por outro: como se qualquer arcabouço teórico pudesse alimentar qualquer texto, como se fosse igualmente válido ler Machado de Assis valendo-se de Bachelard, Barthes, Bataille, Baudrillard, Benjamin, ou Bloom, para usar apenas a letra “B”. É justamente a teoria que permite que autores tão díspares (e haveria ainda tantos outros!) possam ser aplicados à literatura como códigos conceituais independentes. Ao invés da questão interpretativa surgir do longo convívio com um autor e com a literatura como um todo, e a conceitualização vir a posteriori como forma de tradução em pensamento de uma experiência estética constitutiva anterior, ela já se encontra embutida no que se chama de aporte teórico, e o texto literário faz-se mero porta-voz das modas da teoria.

³ O recente livro de Naomi Klein (2007) é preciso neste sentido. Com uma fundamentação empírica irrefutável, mostra a ligação inseparável entre as ditaduras da segunda metade do século XX e a aplicação de terapias de choque econômico neoliberal. Deixa claro, assim, que criticar a tortura e a repressão latino-americanas, por exemplo, sem trazer à tona o aspecto econômico, equivale a não se opor à razão fundamental que as sustentou.

A esses dois sintomas no âmbito da teoria literária, seria oportuno acrescentar três fenômenos interconectados de escopo muito mais amplo, que infelizmente não podem ser desdobrados aqui em todo o seu alcance:

1. Uma mudança qualitativa da experiência da linguagem. As sociedades capitalistas passam por um processo sem precedentes de ficcionalização da realidade, promovido preponderantemente pela propaganda, verdadeiro motor da imaginação narrativa de nosso presente. Como ato de fala, o comercial ocupa uma posição a meio caminho entre o que seria um discurso factual, regido por um ideal de verdade verificável, e o da fabulação, no qual a imaginação estaria livre para criar seu próprio universo. A explosão da linguagem do marketing, seja através da intensificação dos meios já existentes de superprodução semiótica (DURÃO, 2008a), seja por meio da perversa expansão da lógica do logotipo, que forma verdadeiras pseudo-culturas do capital (KLEIN, 2002), faz surgir uma situação na qual a oposição entre fato e ficção parece ser indecível, para usar um termo de Derrida estranhamente válido aqui. Trata-se, assim, de um re-encantamento do mundo promovido pela razão instrumental mais apurada.

2. O aprofundamento da (longa) crise da arte. O desenvolvimento interno da arte levou a uma crescente racionalização dos meios estéticos. A descrição da aporia envolvendo um progresso problemático, que recai no arcaico, e uma regressão rendida, que se torna cada vez mais atual, foi magistralmente descrita por T.W. Adorno há mais de 50 anos, na *Filosofia da Nova Música*, e ainda que o próprio autor tenha reformulado algumas das proposições do livro, o dilema da dominação artística permanece o mesmo. No caso da literatura, isso implica uma insatisfação, para dizer o mínimo, com tudo aquilo que caracteriza a narrativa tradicional – “tradicional” aqui no sentido de impensado, meramente aceito como dado. Seja o enredo bem feito, com começo meio e fim, seja a unicidade do foco narrativo, a limitação moral, ou a própria idéia de verossimilhança, a literatura já há muito perdeu a paciência com tais prescrições. Sua sobrevivência no romance atual é indiretamente um julgamento sobre a fraqueza da cultura. A fragilidade da literatura contemporânea convida à sua reflexão teórica e o discurso crítico de legitimação assume uma renovada importância – ao ponto de se poder perceber a existência de obras que parecem ser escritas para *ilustrar* determinada posição da teoria literária. Nesse caso, a crítica antecede até mesmo o processo de composição do material narrativo. Por outro lado, vale a pena notar que a intelectualização, a utilização de idéia como parte do material ficcional (Thomas Mann), ou como suporte interno de uma poética (Wallace Stevens), foi uma das maneiras pelas quais a literatura modernista tardia conseguiu avançar.

3. **A tradição vanguardista do século XX**, desde os movimentos anteriores à Primeira Guerra Mundial até as manifestações transnacionais de 1968, deixou uma herança que não se restringiu apenas à arte, mas expandiu-se para os mais diversos âmbitos da vida social. O léxico da revolução, a ética do excesso, a lógica do novo, a experiência do choque são apenas algumas das características que migraram do domínio da estética para o mundo da cultura e da propaganda, alojando-se por fim naquilo que hoje tão fácil e obsessivamente se discute sob o rótulo de identidade. Em um ensaio recente Schwartz argumenta que subjacente ao projeto dos Estudos Culturais norte-americanos está um ethos que faz lembrar o surrealismo:

[...] o chamado generalizado para a transgressão de todas as normas sociais; a sacralização dos artefatos culturais mundanos, do dia-a-dia, por discurso teórico arcano; a formação de quadros por afinidade eletiva; as poses radicais e a retórica apocalítica e vanguardista; acima de tudo a ausência quase que total de objetivos genuinamente políticos e a ineficácia política quase completa de toda a iniciativa (SCHWARTZ, 2005, p.374)

– todos esses traços teriam uma origem no movimento francês do começo do século XX. Schwartz vê tal migração do ethos vanguardista como algo essencialmente negativo, mas é necessário vislumbrar o outro lado *também*, e aprender a ver na teoria um sintoma da crise da arte, bem como uma compensação para a falência da filosofia analítica, a dominante nos Estados Unidos, lar da teoria.

Em suma, então, é com tudo isso em mente que se deve abordar esse novo local do discurso da teoria, uma nova formação discursiva cujo objeto é o das práticas significantes, cujas metodologias são múltiplas, e as posições enunciativas incertas. Trata-se de um campo contraditório (DURÃO, 2004), que tem gerado intensos debates nos EUA a respeito de sua validade e mesmo possibilidade de existência (PATAI; CORRAL, 2005; HOLBO, 2007; DURÃO, 2008b). Seja como for, é importante invocá-lo, aqui, pois é dentro dele, mais exatamente na subcategoria que leva o rótulo de Estudos Pós-Coloniais, que se situará a obra de Spivak e seu conceito central, o de subalternidade.

A ligação de Spivak com a desconstrução vem de há muito tempo, já desde pelo menos sua tradução da *Gramatologia*, de Jacques Derrida (1976), para a qual escreveu uma introdução de oitenta páginas, até suas últimas publicações, incluindo o livro que é geralmente considerado seu *magnum opus*, *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present* (SPIVAK, 1999). Mesmo correndo o risco de reducionismo, é possível dizer que a operação fundamental em jogo na

teoria de Spivak consiste na transposição da lógica da *différance* para o ambiente social concreto do subalterno, também chamado de “informante nativo”. A idéia de diferença subjacente à prática interpretativa do primeiro Derrida já é bastante conhecida para necessitar de longas explicações. É suficiente salientar que a *différance* aponta para um diferir e postergar marcado, na própria grafia da palavra, pelo “a” impronunciável. Trata-se de um rastro que promove uma diferença, não *entre*, mas *no*, próprio objeto, a ponto de se tornar impossível determinar com certeza qual a sua natureza ou essência. Não foi à toa que Derrida fez mais sucesso nos departamentos de inglês dos EUA do que nos cursos de filosofia na França, pois sua prática investigativa, marcada pela atenção ao mais ínfimo detalhe textual, aproxima-o da idéia de leitura característica da interpretação literária. E também não é de se espantar que, na apropriação pelo *establishment* da teoria, Derrida não seja o maior expoente da interpretação propriamente literária, cedendo o lugar para leitores como Paul de Man, Geoffrey Hartman, J. Hillis Miller, Shoshana Felman e Barbara Johnson.

Aluna de Man, Spivak foi uma das pioneiras da desconstrução nos EUA, e uma das primeiras a apropriar-se do arcabouço derrideano para a elaboração de um projeto próprio de teoria e prática da interpretação. Esse projeto idiossincrático, no entanto, costuma ser colocado lado a lado da obra de Edward Said e Homi Bhabha como fundador daquilo que é chamado hoje de estudos pós-coloniais. É daí que vem o outro pilar constitutivo da teoria de Spivak, o trabalho pioneiro de uma historiografia indiana do subalterno (GUHA; SPIVAK, 1988). Trata-se de um projeto militante de esquerda, de releitura e reescrita da história do ponto de vista daqueles que tradicionalmente foram apagados da representação da narrativa da nação: os camponeses e os membros das castas inferiores. A historiografia pós-colonial é particularmente relevante no contexto de derrota global do marxismo e dos projetos de libertação nacional; sistemática e consistentemente mostra que a representação do proletariado e da nação, respectivamente, tendeu a excluir outros grupos, como as mulheres ou camponeses. Ainda que haja aqui uma tendência para a utilização de ferramentas oriundas do estruturalismo, como na *Análise Estrutural da Narrativa*, de Roland Barthes, ou a idéia de significante para se interpretar a figura de Gandhi, a textualização é restrita, e não atrapalha o processo de exposição do conteúdo historiográfico. Com efeito, a aproximação entre subalternidade e desconstrução não é de forma alguma ponto pacífico nos estudos subalternos. John Beverly, por exemplo, critica a despolitização a que isso pode levar:

[p]ara Spivak, o subalterno é aquilo que sempre escapa à representação [...]. Como tal, ele é semelhante àquilo que Julia Kristeva entende por abjeto: algo que está além da possibilidade de representação, porque pelo simples fato de entrar na representação – o Simbólico no sentido de Lacan – já perde o caráter de subalternidade./ Em outras palavras, o subalterno funciona na obra

de Spivak [...] como um figurante ou tropo para [o conceito derrideano] de suplementaridade e para a própria atividade da desconstrução. A alteridade do subalterno interrompe a pretensão da elite de ser o sujeito da história, mas da mesma forma (já que a desconstrução não possui uma filiação ou projeto político específico) a desconstrução sempre tenderá a interromper a constituição do subalterno como sujeito da história (BEVERLY, 1999, p.102).

A posição de Beverly é convincente, e sem dúvida sua postura surge como mais claramente politizada do que a de Spivak. Mas sua militância cobra um preço alto, pois a valorização do subalterno como sujeito da história implica, para Beverly, um descrédito da literatura como todo, agora simplesmente identificada com mecanismos de reprodução do sistema existente⁴.

A teoria de Spivak é hoje uma moeda corrente consolidada no panorama da teoria (literária) norte-americana, como provam a existência de um *reader* (LANDRY; MACLEAN, 1995) e de volumes introdutórios (e.g. MORTON, 2003; SANDERS, 2006). Como já observado, *A Critique of Postcolonial Reason* é a tentativa mais densa, longa e abrangente de leitura do excluído concebida como impossibilidade. O livro é dividido em quatro partes, correspondendo respectivamente às áreas da filosofia, literatura, história e cultura. O horizonte dos autores invocados é imenso, englobando tanto os teóricos já conhecidos do pós-estruturalismo (Derrida, Foucault, Deleuze-Guattari etc.), quanto a tradição da psicanálise, a literatura inglesa vitoriana, a historiografia indiana, o romance contemporâneo em inglês entre outros.

Diante de toda essa imensidão filosófico-literária-cultural, o fio condutor mais confiável é o conceito central do livro, o de informante nativo. É ele que está presente, de uma forma ou de outra, nas leituras oferecidas em *Uma Crítica da Razão Pós-Colonial* – desde o Kant da terceira crítica e seu homem bruto (*roher Mann*), incapaz de experimentar o sublime, até a escritora indiana Mahasweta Devi, ainda viva hoje. O subalterno ou informante nativo é aquele que se deve buscar, sem que possa ser realmente atingido; aquele que deve ser defendido, sem que se possa falar por ele. Como participante da lógica da *differance*, é aquele que está excluído do campo da representação, ao mesmo tempo em que é condição de possibilidade da (sua) representação. Ian Baucom explica-o com uma clareza nunca encontrada na própria Spivak; a passagem é algo longa, mas merece ser citada por completo:

Falar do informante nativo, Spivak indica, não é falar de um sujeito, mas de uma posição subjetiva, ou, mais precisamente, uma posicionalidade [*positionality*] dentro de uma gama de discursos, um momento repetido dentro desses

⁴ Não é à toa que Beverly (1993) escreveu um livro chamado *Against Literature*.

discursos, um “efeito” estranho [*uncanny*] de seus protocolos argumentativos. É, assim, falar de um recalque [*foreclosure*; Lacan – forclusão] e de uma revelação [*disclosure*] do informante nativo no interior do arquivo filosófico, literário, histórico e cultural que constitui nosso momento mundial; falar de uma história assombrada pelos vestígios do desaparecimento [*vanishing*] do informante nativo, falar de uma história de pontos de fuga [*vanishing points*] (“o presente em desaparecimento” do subtítulo de Spivak [ou seja: *Towards a history of the vanishing present*] poderia assim ser compreendido menos como um presente tremeluzente desaparecendo constantemente diante de nossos olhos, do que como um longo presente – talvez fosse possível chamá-lo de “modernidade” – que repetidamente tentou constituir-se ou solidificar-se por meio daquilo que lhe é abjeto ou que faz desaparecer). (BAUCOM, 2000, p. 421).

A citação deixa claro o que está em jogo e o valor da aposta interpretativa de Spivak: trata-se da nada menos que uma crítica geral à modernidade e a denúncia abrangente de que aquilo que exclui é o que permite a sua constituição.

O projeto de subalternização da interpretação, porém, possui vários problemas, que o tornam extremamente problemático. Mencionarei apenas cinco. O primeiro deles – e não o menor – reside na própria escrita de Spivak, de um obscurantismo desnecessário e auto-complacente, que Terry Eagleton (1999) tão bem caracterizou:

A teoria pós-colonial faz todo um estardalhaço a respeito do Outro, mas seu Outro mais imediato, o leitor, aparentemente não é objeto desta sensibilidade. Sua linguagem, oscilando do empostado ao coloquial da rua, pertence a uma cultura na qual há cada vez menos espaço médio entre o grandiloquente e o caseiro, o retórico e o picante.

Uma outra forma, menos generosa, de se descrever essa curiosa mistura seria dizer que em Spivak a arrogância (muitas vezes um procedimento retórico eficaz) combina-se a uma escrita simplesmente ruim, a uma composição frouxa e repetitiva. Em suma, para se ler Spivak é necessário primeiramente vencer a irritação espontânea gerada por um narcisismo patente, uma grandiosa valorização do “eu” da autora em contradição com o discurso de questionamento da subjetividade centrada.

Em segundo lugar, vale a pena chamar a atenção para uma estratégia argumentativa recorrente da autora indiana-americana, que poderia ser chamada de *evasão do tópico*. Como as preocupações teóricas de Spivak englobam campos de recorte divergente, a saber, o marxismo, o feminismo, e o textualismo derrideano, lhe é muito fácil usar um contra o outro, não para criar um campo de tensão entre eles – como no caso de vários pensadores de peso, como Adorno ou Derrida ou de Man – mas para mostrar, por um, a pura e simples *insuficiência* do outro. A autora repreende

o marxismo por não levar em conta a textualidade da sociedade; o feminismo do primeiro mundo, por não considerar as mulheres do terceiro na divisão internacional do trabalho; Derrida, por não diferenciar capital industrial e financeiro. Esses gestos – vale a pena dizer de novo – não levam a um aprimoramento ou avanço da discussão, a uma tensão produtiva ou auto-correção, mas exaurem-se na supremacia de quem os produz.

Uma outra estratégia de evasão é observada em algo que a princípio só poderia ser visto com bons olhos: a referência ao local de enunciação específico de quem fala. Sem dúvida, esse impulso argumentativo parece ser progressista, pois chamaria a atenção para o quanto o lugar que se ocupa interferiria no conteúdo descrito. Haveria, assim, por exemplo, uma tentativa de recuperar a especificidade do terceiro mundo concebido como espaço próprio de produção do conhecimento – mesmo que Spivak esteja falando da Universidade de Columbia, bem no centro do aparato acadêmico norte-americano. Isso, contudo, é apenas uma aparência, e a invocação de um perspectivismo enunciativo, por assim dizer, não leva a resultados positivos, na medida em que não enriquece o objeto. Pelo contrário, ela funciona como desvio da atenção daquilo que se deveria falar para a auto-consciência de quem está falando. E o mesmo pode ser dito a respeito da preocupação de Spivak em relação ao ensino: ela também não contribui para uma caracterização mais frutífera daquilo se está a interpretar.

Isso se combina com uma politização equivocada da literatura e da leitura. Como são concebidas como cúmplices da mentalidade colonizadora, as obras literárias canônicas, em especial as do período vitoriano inglês, são vistas quase como inimigas. A interpretação passa então a significar um processo de acusação, de desvelamento ideológico do texto, que ocultaria, sob o véu de artefato de cultura, algo de maléfico. Não ocorre a Spivak que imbricado nessa natureza distópica, sedimentado em sua participação na dominação, haja um conteúdo utópico, algo que escape ao imperialismo representativo ocidental. A situação se inverte, porém, quando se trata de narrativas de temas afins à teoria de Spivak, como nos romances de Coetzee, ou nas histórias da escritora bengali Mahasweta Devi. Nestes casos há uma pré-disposição para o juízo positivo, ignorando-se por completo questões formais ou daquilo que seria o valor estético das obras⁵.

Finalmente, se deve somar a tudo isso o uso instrumentalizado e reificado da desconstrução. A desconfiança de Derrida para com o termo não era sem fundamento: a desconstrução em seu sentido enfático é algo que acontece na interpretação e nunca

⁵ “Por todo seu livro, Spivak escreve com grande brilhantismo teórico sobre Charlotte Brontë e Mary Shelley, Jean Rhys e Mahasweta Devi; mas praticamente não presta atenção à sua língua, forma ou estilo. Como a crítica literária antiquada que despreza, a teoria literária mais avançada acaba sendo um tipo da velha e boa análise de conteúdo.” (EAGLETON, 1999).

deveria ser tida como já dada, como se qualquer texto pudesse ser desconstruído a priori. A incessante invocação do termo por parte de Spivak toma como dado aquilo que deveria ser mostrado, parte de um ponto que deveria ser o alvo. A desconstrução torna-se algo pior do que um mero nome vazio; ela converte-se em um termo cuja rigidez vai contra o que deveria, não designar, mas exibir⁶.

É por causa de tudo isso que fracassa a politização da desconstrução na abordagem pós-colonial de Spivak.

Não é o meu objetivo apenas apontar para o que há de insatisfatório no *magnum opus* de Spivak. Ler, para mostrar simplesmente que algo não merece ser lido, é uma prática intelectual fraca e desinteressante, na melhor das hipóteses, e ressentida, na pior, mesmo quando se trata de uma autora tão conhecida e cheia de prestígio no meio acadêmico norte-americano quanto Spivak. Aquilo que salientei ser problemático nela apresenta algo sintomaticamente relevante, algo que pode ser produtivamente apreendido de sua prática interpretativa. Os gestos hermenêuticos mencionados acima têm como denominador comum uma *des-objetificação da obra* abordada, seja ela literária, filosófica, historiográfica ou de outra modalidade. O “eu” inflado; a escrita confusa, grandiosa e coloquial ao mesmo tempo; a evasão do tópico pela negação das lentes determinadas de leitura; a ênfase na posição enunciativa; a atitude politizante de confronto com o cânone; o uso instrumental e reificado da desconstrução – essas são características que se combinam para fazer com que o objeto diante de si, aquilo que se lê, desapareça como objeto singular, dotado de traços próprios, traços que seria necessário *interpretar*. São todas elas características que destroem a forma. Note-se bem, a invocação da singularidade do objeto – até mesmo a centralidade do informante nativo como a figuração máxima do singular – não impede que isso aconteça. Tudo o que faz é gerar o paradoxo performativo de se falar de algo enquanto a maneira com que se fala dilui o falado. O subtítulo do volume assume, desta maneira, uma verdade irônica: o *vanishing present* seria menos uma tendência ontológica do mundo do que a característica marcante do livro. A ambiguidade do “presente” também aqui faria sentido, uma vez que faria referência tanto à falta tempo presente, quanto à ausência do objeto. Com isso talvez surja, de fato, uma outra verdade para o texto, não como descrição correta da realidade, mas como um sinal de uma inclinação mais ampla.

⁶ Essa sem dúvida é uma das razões para a irritação de Derrida (1999, p.22-223) em relação à crítica que recebe de Spivak (1995), “em um ensaio que é inacreditável do começo ao fim”, e que contém “erros oriundos de uma inabilidade total de leitura”.

A combinação de esquerdismo com textualismo, o vanguardismo conceitual e a segurança exagerada do “eu” do texto, seriam determinantes para explicar o sucesso da autora, não apenas porque se adequam muito bem a certo perfil dos acadêmicos norte-americanos (cheios de culpa e com muito boa vontade, ao mesmo tempo em que precisam dizer coisas difíceis), mas também, e principalmente, porque, em seu trabalho de des-objetificação, correspondem a uma tendência social de velocidade e pressa, de fluxos de informação cada vez mais intensos e homogêneos, um *Zeitgeist* que parece não mais ter lugar para uma utopia concreta, que não consegue distinguir objetos justamente porque não consegue se ver como tal em relação a uma exterioridade possível. A des-objetificação teria assim um conteúdo social preciso. O que dizer da representação do excluído diante disso? Se consideramos que no contexto da teoria literária norte-americana, a mais rica do mundo, Spivak é nome que imediatamente vem à mente, que o subalterno é quase como uma propriedade sua, então a crise da representação do excluído adquire sua verdadeira dimensão. Não se trata somente, assim, de ler o excluído sob o pano de fundo de sua super-exposição, da possibilidade sempre presente de exploração pela indústria cultural e/ou intelectuais bem intencionados – é preciso, antes, construir a própria totalidade (o objeto de representação) dentro da qual ele estaria excluído. Pois hoje, em uma época que faz da miséria espetáculo, que exalta as minorias e converte a diferença em um valor moral a priori, a exclusão não é fácil de se ver – ela, que se mostra a todo o instante.

DURÃO, F. A. The Politization of Deconstruction in Gayatri Spivak. **Revista de Letras**, São Paulo, v.49, n.2, p.289-301, July/Dec. 2009.

- **ABSTRACT:** *This paper evaluates an important theoretical elaboration on the wake of deconstruction, that of Gaytri Spivak's characterization of subalternity, especially as it was articulated in her 1999 Critique of Post-Colonial Reason. The essay begins with short observations on the relevance of theoretical discourse for the representation of the excluded, in order then to approach the question of the narrativization of the subaltern herself. In its third part, the text criticizes Spivak's interpretative and argumentative strategies, mainly claiming that in her case there is a disappearance not only of the work, but of the object itself. The paper ends with considerations on the consequences of such disappearance, indicating that the representation of the excluded, for all its thematization (or precisely because of it), is more problematical than ever.*
- **KEYWORDS:** *Exclusion. Theory. Gayatri Spivak. Subalternity. Deconstruction*

Referências

- BAUCOM, I. Cryptic, Withheld, Singular. **Nepantla**, Durham, v.1, n.2, p.413-419, 2000.
- BEVERLEY, J. **Subalternity and Representation**. Durham: Duke University Press, 1999.
- _____. **Against Literature**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- DERRIDA, J. Marx & Sons. In: SPRINKER, M. (Ed.). **Ghostly Demarcations**. Londres: Verso, 1999. p.213-269.
- _____. Derrida, Jacques. **Of Grammatology**. Trad. G. Spivak. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.
- DURÃO, F. A. Da superprodução semiótica: caracterização e implicações estéticas. In DURÃO, F. A.; ZUIN, A.; VAZ, A. (Ed.). **A indústria cultural hoje**. São Paulo: Boitempo, 2008a. p.39-48.
- _____. Giros em falso no debate da teoria. **Alea**: Estudos Neolatinos, Rio de Janeiro, v.10, p.54-69, 2008b.
- _____. Jacques Derrida's *Specters of Marx* at the Intersection of Philosophy and Literature. **Letras & Letras**, Uberlândia, v.24, p.105-112, 2008c. Disponível em: <<http://www.letraseletras.ileel.ufu.br/index.php>>. Acesso em: 08 abr. 2009.
- _____. Derrida, Marx e seus espectros: reconstituindo um debate. In: SANTOS, A. C.; DURÃO, F. A.; SILVA, M. G. V. (Org.). **Desconstruções e contextos nacionais**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p.224-238.
- _____. Adorno e Derrida: uma tentativa de aproximação. **Forum Deustch**: Revista Brasileira de Estudos Germanísticos, Rio de Janeiro, v.9, p.71-87, 2005.
- _____. Breves observações sobre a teoria, suas contradições e o Brasil. **Revista de Letras**, São Paulo, v.44, n.1, p.81-95, 2004.
- EAGLETON, T. In the Gaudy Supermarket. **London Review of Books**, 13 May 1999. Available at: <http://www.lrb.co.uk/v21/n10/eagl01_.html>. Access: 8 Apr. 2009.
- GUHA, R; SPIVAK, G. (Ed.). **Selected Subaltern Studies**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

- HOLBO, J. (Ed.). **Framing Theory's Empire**. West Lafayette: Parlor Press, 2007.
- KLEIN, N. **The Shock Doctrine**. Nova York: Picador, 2007.
- _____. **No Logo**. Nova York: Picador, 2002.
- LANDRY, D.; MACLEAN, G. (Ed.). **The Spivak Reader: Selected Works of Gayatri Chakravorty Spivak**. Londres: Routledge, 1995.
- MORTON, S. **Gayatri Chakravorty Spivak**. Nova York: Routledge, 2003.
- PATAI, D.; CORRAL, W. H. (Ed.). **Theory's Empire: An Anthology of Dissent**. Nova York: Columbia University Press, 2005.
- SANDERS, M. **Gayatri Chakravorty Spivak**. Nova York: Continuum, 2006.
- SCHWARTZ, S. A. Everyman as Übermensch: the Culture of Cultural Studies. In: PATAI, D.; CORRAL, W. H. (Ed.). **Theory's Empire: An Anthology of Dissent**. Nova York: Columbia University Press, 2005. p.360-380.
- SPIVAK, G. C. **A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- _____. Ghostwriting. **Diacritics**, Baltimore, v.25, n.2. p.64-84, 1995.

